

Termo de Referência 21/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
21/2024	110322-GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL	SIDNEY DE JESUS OLIVEIRA	04/11/2024 16:08 (v 6.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
III – locação/Locação de bens móveis	20/2024	00185.001282/2024-17

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação, por meio de sistema de Registro de Preços, de empresa especializada na locação, transporte, instalação e posterior remoção de grades de segurança (gradil), barricadas de isolamento de público e tapumes metálicos de fechamento de áreas de segurança, todos da mesma cor, a serem utilizados no controle de público em eventos ou em manifestações populares, nas instalações ou proximidades do complexo de instalações da Presidência da República, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI-DADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	LOCAÇÃO DE GRADES DE SEGURANÇA (GRADIL). Estrutura em aço galvanizado, medindo entre 2,00m e 2,50m de comprimento e entre 1,00m e 1,20m de altura, formada por quadro metálico soldado em metalon 40mm x 20mm ou cano de no mínimo 1.1/4 pol de diâmetro, e tubos industriais de no mínimo 5/8 pol, com espaçamento de 10cm a 15cm entre tubos, pé de fixação fabricado em tubo industrial, com altura de 20cm, em formato de meia-lua ou “y” invertido, com possibilidade de ser fixado ao chão por meio de pino metálico. A estrutura, depois de montada e fixada, deve ter altura mínima de 1,20m. O peso de cada grade deve ser de, no mínimo 10 Kg e no máximo 12 Kg. Todas as medidas e pesos poderão ter pequenas variações, para mais ou para menos, nunca ultrapassando 10% dos valores citados. Todos as grades deverão estar galvanizadas a fogo para melhor	16675	Unidade	20.000	18,38	367.600,00

	durabilidade, qualidade e apresentação do produto. A locação inclui o transporte, instalação e remoção do gradil.					
02	LOCAÇÃO DE BARRICADA DE CONTENÇÃO DE PÚBLICO. Barricada de contenção e proteção de público, do tipo alto sustentável, padrão europeu, com piso medindo 1,00m x 1,00m, fixadas uma as outras por pinos metálicos de aço contrapinnados e parafusos, com mão de força, degraus para segurança. A locação inclui o transporte, instalação e remoção das barricadas.	16675	metro linear	100	56,60	5.660,00
03	LOCAÇÃO DE TAPUME METÁLICO PARA FECHAMENTO DE ÁREAS DE SEGURANÇA. Estrutura de fechamento, tipo tapume em chapa de aço galvanizada, modular, medindo 2,20m x 2,30m, apoiado por travas de segurança. A locação inclui o transporte, instalação e remoção dos tapumes.	16675	metro linear	1.000	31,54	31.540,00
TOTAL ANUAL						404.800,00

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela do item 1.1, considerando que:

1.3.1. O preço unitário estimado para o item 1, refere-se à locação de uma diária de unidade de grade, para os demais itens, refere-se à locação de uma diária de cada metro linear;

1.3.2. Os preços estimados da planilha serão os considerados como máximos para aceitação da proposta pela Presidência da República; e

1.3.3. O critério de julgamento da licitação será o menor preço unitário por item, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência.

1.4. O quantitativo previsto para a contratação levou em conta a necessidade para um período de 12 (doze) meses, e o prazo de vigência da ata de registro de preços está estabelecido para **1 (um) ano**, a contar da data de publicação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº14.133/2021.

1.5. A contratação será firmada por meio de aceite da Nota de Empenho, conforme possibilidade prevista no art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394411000109-0-000004/2024

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III) Id do item no PCA: 540/541/542

IV) Classe/Grupo: 546

V) Identificador da Futura Contratação: 110322-20/2024.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1 Apesar de não serem previamente identificados, quaisquer resíduos gerados com a presente contratação, que sejam aptos, após o uso, serão encaminhados à reutilização, à reciclagem ou a outra forma de destinação ambientalmente adequada, conforme determinado na alínea 'a', inciso I, do art. nº 31, da Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.2 Ao considerar a contratação de locação de grades de proteção, barricadas e tapumes, é importante também levar em conta considerações relacionadas à sustentabilidade, mesmo que o setor não esteja sujeito a um registro obrigatório no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), e embora não realizem atividades passíveis de controle ambiental, é possível adotar práticas sustentáveis.

4.3 Caso a proposta selecionada não apresente condição satisfatória de que o produto atende às especificações de acondicionamento sustentável, o contratante poderá realizar diligências para verificar a conformidade. Caso se constate a inadequação do produto, a proposta selecionada pode ser desclassificada.

4.4 Dessa forma, ao incluir critérios de sustentabilidade na contratação de itens, mesmo que o setor não esteja sujeito a obrigações de registro ambiental, é possível promover a conscientização e incentivar a adoção de práticas mais responsáveis. O acondicionamento em embalagens individuais adequadas, com menor volume e materiais recicláveis, contribui para a redução do impacto ambiental. Além disso, estabelecer critérios claros e realizar diligências para verificar a adequação do produto demonstram o compromisso do contratante com a sustentabilidade.

4.5 Ao incorporar essas considerações no processo de contratação, é possível avançar rumo a práticas mais sustentáveis, incentivando fornecedores a adotar medidas de responsabilidade ambiental e contribuindo para a preservação do meio ambiente.

Da exigência de amostra

4.6. Não será exigida amostra.

Subcontratação

4.7. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.9. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. As grades de proteção (gradil), barricadas e tapumes de fechamento deverão ser instalados nos locais e horários pré-determinados e com a antecedência necessária que garanta, conforme planejamento prévio, a distribuição de segurança em todo o perímetro da área das instalações presidenciais e de realização dos eventos.

Rotinas a serem cumpridas

5.3. A execução do objeto seguirá as seguintes rotinas:

5.3.1. A execução dos serviços será iniciada a partir da emissão da Nota de Empenho de Despesa, emitida pelo Gestor do Contrato.

5.3.2. A Nota de Empenho de Despesa, enviada à contratada via e-mail institucional, devendo a mesma, confirmar seu recebimento, para contagem dos prazos decorrentes.

5.3.3. O material deverá ser instalado conforme a necessidade, em data/hora/local a serem informados, de acordo com a Nota de Empenho de Despesa que será emitida com no mínimo 02 (dois) dias de antecedência pelo Gestor do Contrato.

5.3.3.1. O prazo acima, excepcionalmente, poderá ser reduzido a até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, mediante formalização pela CONTRATANTE para a CONTRATADA, momento em que será ajustada a forma de execução do serviço.

5.3.4. A área de abrangência dos eventos é o Plano Piloto, Regiões Administrativas e cidades satélites do Distrito Federal.

5.3.5. A demanda foi estimada para atender um período de 12 (doze) meses.

5.3.6. O licitante vencedor deverá indicar o endereço eletrônico para o envio das Ordens de Serviço.

5.3.7. A Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial reserva-se o direito de impugnar o material entregue, se esse não estiver de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência.

5.3.8. A avaliação do serviço verificará os seguintes aspectos: especificação do material instalado e cumprimento dos prazos de instalação e remoção dos mesmos.

5.3.9. As grades de segurança (gradil), barricadas e tapumes de fechamento deverão impedir a entrada de pessoas não autorizadas nos mencionados locais, bem como permitir livre circulação de autoridades com a segurança adequada e necessária.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.4.1. As grades de proteção (gradil) deverão possuir estrutura em aço, medindo entre 2,00m e 2,50m de comprimento e entre 1,00m e 1,20m de altura, formada por quadro metálico soldado em metalon 40mm x 20mm ou cano de no mínimo 1.1/4 pol de diâmetro, e tubos industriais de no mínimo 5/8 pol, com espaçamento de 10cm a 15cm entre tubos, pé de fixação fabricada em tubo industrial, com altura de 20cm, em formato de meia-lua ou “y” invertido, com possibilidade de ser fixada ao chão por meio de pino metálico. A estrutura, depois de montada e fixada, deve ter altura mínima de 1,20m. O peso de cada grade deve ser de, no mínimo 10 Kg e no máximo 12 Kg. Todas as medidas e pesos poderão ter pequenas variações, para mais ou para menos, nunca ultrapassando 10% dos valores citados. Todos as grades deverão estar galvanizadas a fogo para melhor durabilidade, qualidade e apresentação do produto. A locação deve incluir transporte, instalação e remoção.

5.4.2. As barricadas de contenção e proteção de público, deve ser do tipo alto sustentável, padrão europeu, com piso medindo 1,00m x 1,00m, fixadas uma as outras por pinos metálicos de aço contrapinnados e parafusos, com mão de força, degraus para segurança. A locação deve incluir transporte, instalação e remoção das barricadas. Todas as medidas e pesos poderão ter pequenas variações, para mais ou para menos, nunca ultrapassando 10% dos valores citados.

5.4.3. Os tapumes metálicos para fechamento de áreas de segurança devem possuir em chapa de aço galvanizada, modular, medindo 2,20m x 2,30m, apoiado por travas de segurança. A locação deve incluir transporte, instalação e remoção dos tapumes. Todas as medidas e pesos poderão ter pequenas variações, para mais ou para menos, nunca ultrapassando 10% dos valores citados.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A contratação se dará por Registro de Preços, garantindo contratações parceladas, de acordo com a demanda de cada necessidade, durante toda a validade a Ata de Registro de Preços, evitando-se com isso a solução de continuidade que venha a comprometer a integridade das residências oficiais, dos palácios e das autoridades nas atividades de Segurança Presidencial.

5.6. A execução dos serviços será iniciada a partir da emissão da Nota de Empenho de Despesa, emitida pelo Gestor do Contrato.

5.7. A Nota de Empenho de Despesa, enviada à contratada via e-mail institucional, devendo a mesma, confirmar seu recebimento, para contagem dos prazos decorrentes.

Especificação da garantia do serviço

5.8. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código do consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O instrumento de contratação deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do instrumento de contratação, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. Devido à especificidade da contratação, que tem como objeto a instalação e remoção de estruturas de controle de público, a qual não exige obrigações futuras, não se vislumbra a necessidade da exigência de fiscalização técnica e administrativa, apenas de um gestor de contrato durante a execução do contrato, uma vez que o pagamento só será efetuado após o recebimento definitivo dos produtos.

Gestor do Contrato

6.7. O gestor coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da contratação contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato decorrente do registro de preços, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais,

elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.8. O gestor do contrato acompanhará todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato decorrente do registro de preços e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.9. O gestor do contrato decorrente do registro de preços acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.10. O gestor do contrato decorrente do registro de preços emitirá documento comprobatório da avaliação realizada quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.11. O gestor do contrato decorrente do registro de preços tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.12. O gestor do contrato decorrente do registro de preços deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.13. O gestor do contrato decorrente do registro de preços deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **2 (dois) dias**, pelo Gestor, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O Gestor do contrato decorrente do registro de preços realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.5. O Gestor do contrato decorrente do registro de preços realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.6. O fiscal setorial do contrato decorrente do registro de preços, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o Gestor do contrato decorrente do registro de preços irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório.

7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.3. O Gestor não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **1 (um) dia**, contado do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.14. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.15.1. O prazo de validade;

7.15.2. A data da emissão;

7.15.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.15.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.15.5. O valor a pagar; e

7.15.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.23. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.25. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 30 de novembro de 2023.

7.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.32. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.33. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.34.. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

Obrigações do Contratante

7.37. São obrigações do Contratante:

7.37.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.37.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

7.37.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.37.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.37.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência.

7.37.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

7.37.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.37.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Referência, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.37.9. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.37.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

7.37.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.37.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Obrigações do Contratado

7.38.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.38.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

7.38.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.38.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

7.38.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

7.38.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

7.38.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

7.38.7.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

7.38.7.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

7.38.7.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

7.38.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

7.38.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

7.38.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

7.38.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

7.38.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.38.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

7.38.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.38.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.38.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

7.38.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.38.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

Infrações e Sanções Administrativas

7.39. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.40. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do item acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

a) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

b) Moratória de 0,5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 5% (cinco por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

i. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 7.34, de 20% a 30% do valor do Contrato

d) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do item 7.34, de 15% a 20% do valor do Contrato.

e) Para infração descrita na alínea “b” do item 7.34, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.

f) Para infrações descritas na alínea “d” do item 7.34, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

g) Para a infração descrita na alínea “a” do item 7.34, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato

7.41. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.41.1. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.41.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.41.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.41.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.42. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.43. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.44. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.45. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.46. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.47. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7.48. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes desta contratação ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

Cessão de Crédito

7.49. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.50. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.51. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à

certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.52. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.53. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, no sistema de Registro de Preços, na modalidade Pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será o de Empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

8.21. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

8.21.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.21.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

8.21.2.1. **Item 1 - Serviço de locação de grades de proteção (gradil):** deve ser apresentada por meio de comprovação de prestação de serviços de fornecimento de unidades, de no mínimo **20% (vinte por cento)** do quantitativo total (20.000) constante do objeto, ou seja **4.000 (quatro mil) unidades**, admitida a soma de atestados para a comprovação do quantitativo exigido.

8.21.2.2. **Item 2 - Serviço de locação de barricadas de contenção de público:** deve ser apresentada por meio de comprovação de prestação de serviços, em metros lineares, de no mínimo **20% (vinte por cento)** do quantitativo total (100) constante do objeto, ou seja **20 (vinte) metros lineares**, admitida a soma de atestados para a comprovação do quantitativo exigido.

8.21.2.3. **Item 3 - Serviço de locação de tapumes metálicos de fechamento de áreas de segurança:** deve ser apresentada por meio de comprovação de prestação de serviços, em metros lineares, de no mínimo **20% (vinte por cento)** do quantitativo total (1.000) constante do objeto, ou seja **200 (duzentos) metros lineares**, admitida a soma de atestados para a comprovação do quantitativo exigido.

8.21.3. O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

8.21.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

8.22. Qualificação Econômico-financeira

8.22.1. Não será exigida para a contratação a qualificação econômico-financeira, haja vista ser considerada como exigência exorbitante para este tipo de contratação, nos termos do inciso III do art. 70, da Lei nº 14.133/2021.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 404.800,00

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 404.800,00 (quatrocentos e quatro mil e oitocentos reais)**, conforme custos unitários e totais previstos na item 1.1.

9.1.1. O valor do subitem 9.1, contempla os valores totais anuais da locação além dos valores da mobilização e desmobilização dos equipamentos.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea 'd' do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.3. Não será permitida a adesão à ata de registro de preço, por órgãos não participantes da licitação, devido à falta de capacidade de pessoal para o gerenciamento dos itens listados.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 110322;

II) Fonte de Recursos: 0100;

III) Programa de Trabalho: 04122410246930001; e

IV) Elemento de Despesa: 339039.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALESSANDRO PAIVA DE PINHO

Autoridade competente

IGOR SOARES SALES

Agente de contratação

ALEX SOUZA DA COSTA

Agente de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Estudo Técnico Preliminar n 16 2024 - Locacao de Gradil.pdf (106.73 KB)
- Anexo II - Anexos II a VI - TR n 21 2024.pdf (809.34 KB)

**Anexo I - Estudo Técnico Preliminar nº 16 2024 -
Locação de Gradil.pdf**

Estudo Técnico Preliminar 16/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 00185.001282/2024-27

2. Descrição da necessidade

2.1. A contratação dos serviços de locação de grades de segurança, barricadas e tapumes é essencial para reforçar a segurança das instalações da Presidência da República, protegendo sua integridade, garantindo um ambiente seguro para o desempenho das atividades governamentais, eventos oficiais, em decorrência de visitas de Chefes de Estado e/ou de Governo, atividades políticas, bem como a proteção dos seus ocupantes e visitantes ou em decorrências de prováveis manifestações implicam na necessidade de emprego desse tipo de equipamento de isolamento visando elevar a capacidade de segurança a ser proporcionada prevenção durante as manifestações populares.

2.2. Importante também mencionar que as características arquitetônicas das instalações da Presidência da República, da Vice-Presidência e da própria Esplanada dos Ministérios e Praça dos Três Poderes, devido ao tombamento do patrimônio, impedem a instalação de obstáculos permanentes, podendo deixar a segurança de suas instalações, e, conseqüentemente, das autoridades em tela mais exposta. Para mitigar essas vulnerabilidades são utilizados, eventualmente, grades de proteção, barricadas e tapumes de fechamento, de modo a incrementar a segurança e minimizando as seguintes situações de risco:

a) Proteção Institucional: A Presidência da República é uma instituição fundamental para a governança do país, sendo vital assegurar a sua integridade física e funcional. A instalação de medidas de segurança adequadas é um requisito básico para proteger suas instalações contra possíveis ameaças externas.

b) Prevenção em Manifestações Populares: Em um contexto democrático, é comum a realização de manifestações populares em frente a instituições governamentais. A presença de grades de segurança, barricadas e tapumes contribuirá significativamente para controlar e garantir a segurança durante tais eventos, protegendo tanto os manifestantes quanto as instalações da Presidência.

c) Controle de Acesso: A utilização desses dispositivos possibilita um melhor controle de acesso às áreas sensíveis das instalações da Presidência da República. Ao delimitar claramente as áreas restritas, torna-se mais fácil para os agentes de segurança monitorar e regular o fluxo de pessoas, garantindo maior eficiência na proteção do perímetro.

d) Eventos Oficiais e Cerimônias: A Presidência da República frequentemente recebe eventos oficiais, cerimônias e visitas de chefes de estado, autoridades estrangeiras e outras personalidades importantes. A presença de estruturas de segurança temporárias, como grades e barricadas, é essencial para garantir a segurança desses eventos e o bem-estar dos participantes.

e) Adaptação às Necessidades Variáveis: A locação desses equipamentos permite uma maior flexibilidade operacional, pois as necessidades de segurança podem variar ao longo do tempo, de acordo com eventos específicos, ameaças emergentes ou alterações nas circunstâncias. Dessa forma, a capacidade de acionar e implementar temporariamente essas estruturas é vantajosa em termos de custo e eficácia.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES DE SEGURANÇA PESSOAL	ALESSANDRO PAIVA DE PINHO - Cel EB

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 A solução como um todo visa a proteção do complexo de edificações da Presidência da República, bem como do Presidente e do Vice-Presidente da República, em época de grandes concentrações de público e durante a participação em eventos públicos, que possam apresentar algum risco para a integridade das instalações e de autoridades.

4.2 As grades de proteção (gradil), barricadas e tapumes de fechamento deverão ser instalados nos locais e horários pré-determinados e com a antecedência necessária que garanta, conforme planejamento prévio, a distribuição de segurança em todo o perímetro da área das instalações presidenciais e de realização dos eventos.

4.3 Os mencionados equipamentos tem o condão de controlar a entrada de pessoas não autorizadas nos mencionados locais, bem como permitir livre circulação de autoridades com a segurança adequada e necessária.

4.4 Serão necessárias **20.000 (vinte mil) unidades de grades de proteção (gradil)**, que deverão possuir estrutura em aço, medindo entre 2,00m e 2,50m de comprimento e entre 1,00m e 1,20m de altura, formada por quadro metálico soldado em metalon 40mm x 20mm ou cano de no mínimo 1.1 /4 pol de diâmetro, e tubos industriais de no mínimo 5/8 pol, com espaçamento de 10cm a 15cm entre tubos, pé de fixação fabricado em tubo industrial, com altura de 20cm, em formato de meia-lua ou "y" invertido, com possibilidade de ser fixado ao chão por meio de pino metálico. A estrutura, depois de montada e fixada, deve ter altura mínima de 1,20m. O peso de cada grade deve ser de, no mínimo 10 Kg e no máximo 12 Kg. Todas as medidas e pesos poderão ter pequenas variações, para mais ou para menos, nunca ultrapassando 10% dos valores citados. Todos as grades de proteção deverão estar galvanizadas a fogo para melhor durabilidade, qualidade e apresentação do produto. A locação deve incluir transporte, instalação e remoção do gradil.

4.5 Para a estrutura de **barricada de contenção** e proteção de público, deverá ser contratado um total de **100 (cem) metros lineares**, que deverão ser do tipo alto sustentável, padrão europeu, com piso medindo 1,00m x 1,00m, fixadas uma as outras por pinos metálicos de aço contrapinchados e parafusos, com mão de força, degraus para segurança. A locação deve incluir transporte, instalação e remoção das barricadas. Todas as medidas e pesos poderão ter pequenas variações, para mais ou para menos, nunca ultrapassando 10% dos valores citados.

4.6 Já para os **tapumes** metálicos para fechamento de áreas de segurança, está sendo previsto o fornecimento de **1.000 (mil) metros lineares**, que devem se constituir em chapa de aço galvanizada, modular, medindo 2,20m x 2,30m, apoiado por travas de segurança. A locação deve incluir transporte, instalação e remoção dos tapumes. Todas as medidas e pesos poderão ter pequenas variações, para mais ou para menos, nunca ultrapassando 10% dos valores citados.

4.7 A contratação se dará por meio de Sistema de Registro de Preços, garantindo contratações parceladas, de acordo com a demanda de cada necessidade, durante toda a validade da(s) Ata(s)

de Registro de Preços, evitando-se com isso a solução de continuidade que venha a comprometer a integridade das residências oficiais, dos palácios e das autoridades nas atividades de Segurança Presidencial.

4.7.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços está estabelecido para 1 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, considerando sua possível prorrogação por igual período. Havendo prorrogação da ata de registros de preços, a estimativa da demanda realizada considerou a possibilidade de renovação do quantitativo inicialmente registrado, desde que ocorra dentro do prazo de vigência e que seja comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133 /2021, combinado com o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.

4.8 A execução dos serviços será iniciada a partir da emissão da Nota de Empenho de Despesa, emitida pelo Gestor do Contrato.

4.9 A Nota de Empenho de Despesa, enviada à contratada via e-mail institucional, devendo a mesma, confirmar seu recebimento, para contagem dos prazos decorrentes.

5. Levantamento de Mercado

5.1 O levantamento de mercado, levou em consideração as soluções mais indicadas, que garantissem segurança e controle operacional factível.

5.2 O cercamento de áreas de segurança das instalações do complexo da Presidência da República, bem como dos eventos presidenciais necessitam, devido ao grande interesse e aglomeração de público, que sejam empregados equipamentos de contenção de público. Os equipamentos mais eficazes, e, disponíveis no mercado, são as grades de proteção, as barricadas e os tapumes de fechamento que impedem o avanço de pessoas não autorizadas à áreas restritas, bem como permitem visibilidade das autoridades, garantindo segurança e excelente aspecto visual.

5.3 A escolha por esses tipos de equipamentos tem se mostrado a mais eficiente e adequada à demanda apresentada, principalmente pela praticidade, mobilidade oferecida e pela segurança demonstrada na contenção de público e isolamento de áreas de segurança.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A solução como um todo visa a proteção do complexo de edificações da Presidência da República, bem como do Presidente e do Vice-Presidente da República, em época de grandes concentrações de público e durante a participação em eventos públicos, que possam apresentar algum risco para a integridade das instalações e de autoridades.

6.2 As grades de proteção (gradil), barricadas e tapumes de fechamento deverão ser instalados nos locais e horários pré-determinados e com a antecedência necessária que garanta, conforme planejamento prévio, a distribuição de segurança em todo o perímetro da área das instalações presidenciais e de realização dos eventos.

6.3 As grades de proteção (gradil), barricadas e tapumes de fechamento deverão impedir a entrada de pessoas não autorizadas nos mencionados locais, bem como permitir livre circulação de autoridades com a segurança adequada e necessária.

6.4 As grades de proteção (gradil) deverão possuir estrutura em aço, medindo entre 2,00m e 2,50m de comprimento e entre 1,00m e 1,20m de altura, formada por quadro metálico soldado em metalon 40mm x 20mm ou cano de no mínimo 1.1/4 pol de diâmetro, e tubos industriais de no mínimo 5/8 pol, com espaçamento de 10cm a 15cm entre tubos, pé de fixação fabricado em tubo industrial,

com altura de 20cm, em formato de meia-lua ou “y” invertido, com possibilidade de ser fixado ao chão por meio de pino metálico. A estrutura, depois de montada e fixada, deve ter altura mínima de 1,20m. O peso de cada grade deve ser de, no mínimo 10 Kg e no máximo 12 Kg. Todas as medidas e pesos poderão ter pequenas variações, para mais ou para menos, nunca ultrapassando 10% dos valores citados. Todos os alambrados disciplinadores deverão estar galvanizados a fogo para melhor durabilidade, qualidade e apresentação do produto. A locação deve incluir transporte, instalação e remoção do gradil.

6.5 A estrutura de barricada de contenção e proteção de público, do tipo alto sustentável, padrão europeu, com piso medindo 1,00m x 1,00m, fixadas uma as outras por pinos metálicos de aço contrapinchados e parafusos, com mão de força, degraus para segurança. A locação deve incluir transporte, instalação e remoção das barricadas. Todas as medidas e pesos poderão ter pequenas variações, para mais ou para menos, nunca ultrapassando 10% dos valores citados.

6.6 Os tapumes metálicos para fechamento de áreas de segurança devem possuir em chapa de aço galvanizada, modular, medindo 2,20m x 2,30m, apoiado por travas de segurança. A locação deve incluir transporte, instalação e remoção dos tapumes. Todas as medidas e pesos poderão ter pequenas variações, para mais ou para menos, nunca ultrapassando 10% dos valores citados.

6.7 A contratação se dará por meio de Sistema de Registro de Preços, garantindo contratações parceladas, de acordo com a demanda de cada necessidade, durante toda a validade a Ata de Registro de Preços, evitando-se com isso a solução de continuidade que venha a comprometer a integridade das residências oficiais, dos palácios e das autoridades nas atividades de Segurança Presidencial.

6.7.1 O quantitativo previsto para a contratação levou em conta a necessidade para um período de 12 (doze) meses, e o prazo de vigência da ata de registro de preços está estabelecido para 1 (um) ano, a contar da data de publicação no PNCP, prorrogável por igual período.

6.7.2 Havendo prorrogação da ata de registros de preços, além do prazo de vigência haverá a possibilidade de renovação do quantitativo inicialmente registrado, desde que ocorra dentro do prazo de vigência e que seja comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133 /2021, combinado com o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.

6.8 A execução dos serviços será iniciada a partir da emissão da Ordem de Serviço, emitida pelo Gestor do Contrato.

6.9 A execução dos serviços será iniciada a partir da emissão da Ordem de Serviço, emitida pelo Gestor do Contrato.

6.10 A Ordem de Serviço, enviada à contratada via e-mail institucional, devendo a mesma, confirmar seu recebimento, para contagem dos prazos decorrentes.

6.11 A área de abrangência dos eventos é o Plano Piloto, Regiões Administrativas e cidades satélites do Distrito Federal.

6.12 A demanda foi estimada para atender um período de 12 (doze) meses.

6.13 O licitante vencedor deverá indicar o endereço eletrônico para o envio das Ordens de Serviço.

6.14 A Secretaria de Segurança Presidencial reserva-se o direito de impugnar o material entregue, se esse não estiver de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência.

6.15 A avaliação do serviço verificará os seguintes aspectos: especificação do material instalado e cumprimento dos prazos de instalação e remoção dos mesmos.

6.16 O preço unitário para o item 1 refere-se à locação de uma diária de unidade de grade, para os demais itens refere-se à locação de uma diária de cada metro linear.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A quantidade de grades de proteção (gradil) a ser contratada levou em consideração a evolução das contratações de anos anteriores, anos de 2017 (00185.000764/2017-31), 2018 (00185.011705/2018-79), 2019 (00185.000541/2019-35), 2020 (00185.001664/2020-27), 2021 (00185.001191/2021-49), 2022 (00185.001211/2022-62) e 2023 (00185.000771/2023-81), de acordo com os quantitativos abaixo, e o contingenciamento orçamentário estabelecido para o ano de 2024, que fez com que os quantitativos fossem reduzidos ao mínimo necessário, apenas para a prestação em situações de emergência:

Ano de contratação	2017 (m)	2018 (m)	2019 (m)	2020 (m)	2021 (m)	2022 (m)	2023 (un)
Quantidade contratada em metros (m) e unidades (un)	20.000	40.000	40.000	40.000	60.000	92.000	20.000

7.1.1 A quantidade de tapumes de fechamento (1.000 metros lineares), foi estimada conforme quantitativos das contratações anteriores, do ano de 2022 (00185.001211/2022-62) e 2023 (00185.000771/2023-81), de acordo com o quadro abaixo, e o contingenciamento orçamentário estabelecido para o ano de 2024, que fez com que os quantitativos fossem reduzidos ao mínimo necessário, apenas para a prestação em situações de emergência:

Ano de contratação	2022	2023
Quantidade contratada em metros	6.000	6.000

7.1.2 A quantidade de barricadas (100 metros lineares), leva em consideração os quantitativos das contratações anteriores, do ano de 2022 (00185.001211/2022-62) e 2023 (00185.000771/2023-81)e 2023 (00185.000771/2023-81), de acordo com o quadro abaixo, e o contingenciamento orçamentário estabelecido para o ano de 2024, que fez com que os quantitativos fossem reduzidos ao mínimo necessário, apenas para a prestação em situações de emergência:

Ano de contratação	2022	2023
Quantidade contratada em metros	1.000	1.000

7.2 Para o ano de 2024, o cálculo do total de **grades de proteção (gradil)** a ser contratado é **20.000 unidades** totalizando 40.000 metros lineares, quantitativo menor que em anos anteriores, pois foram consideradas as restrições estabelecidas pelo contingenciamento orçamentário para o ano de 2024, que fez com que os quantitativos fossem reduzidos ao mínimo necessário, apenas

para a prestação em situações de emergência, devendo atender ao menos ao 2º semestre de 2024. O quantitativo é considerado pela equipe técnica como o mínimo necessário para atender às manifestações que possam ocorrer na área delimitada como o complexo da Presidência da República.

7.3 A quantidade de **barricadas (100 metros lineares)** e **tapumes de fechamento (1.000 metros lineares)** foi estimada, também considerando o atual cenário político do país, se constituindo em redução do previsto nos anos anteriores.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 404.800,00

8.1. O valor total da contratação está estimado em **R\$ 404.800,00** (quatrocentos e quatro mil e oitocentos reais).

8.2. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

8.3. Para todos os 3 (três) itens, de forma a ter um levantamento que refletisse a realidade do mercado, foi consultado o Banco de Preços (<https://precoestimado.com.br/PrecosPublicos/Pesquisa>) e também foram efetuadas pesquisas junto a fornecedores especializados, o que permitiu estabelecer preços mais justos para as contratações.

8.4. Na pesquisa dos preços junto a fornecedores, para obtenção do valor de referência dos itens 1, 2 e 3, foram encaminhados pedidos de orçamento para **05 (cinco)** empresas distintas (5092358, 5092364, 5092371, 5092377 e 5092381), das quais apenas **2 (duas)** empresas (Multitendas e Alternativa) apresentaram suas cotações (5119793 e 5119781).

8.5. No Banco de Preços foram apuradas **3 (três) cotações** para os itens 1 e 2 (grades e barricadas) e mais **2 (duas)** para o item 3 (tapumes), o que complementou de forma satisfatória o levantamento de preços para estabelecimento dos preços de referência para a presente contratação.

8.6. Assim, a pesquisa de preços seguiu as determinações constantes da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021, conforme previsto no Art. 5, Incisos I e IV. De forma a obter a melhor condição para a Administração Pública, foi utilizada como metodologia para obtenção do preço estimado dos itens 1 (grades) e 3 (tapumes), a **média** dos valores obtidos no levantamento de preços, e para o item 2 (barricadas) foi utilizada a mediana dos valores obtidos, alcançando com esses dois métodos valores que mais correspondem ao cenário de mercado.

8.7. O preço unitário para o item 1 refere-se à locação de uma diária de unidade de grade, para os demais itens refere-se à locação de uma diária de cada metro linear.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 O parcelamento dos itens da solução não é indicado, pois pode gerar prejuízos financeiros e operacionais para a Administração.

9.2 Tal entendimento decorre do fato de que a contratação única por item, gera economia de escala, principalmente em relação aos gastos de transporte para cada demanda.

9.3 A contratação única permite que a mesma gerencie o transporte do gradil, das barricadas e dos tapumes, conforme a disponibilidade de espaço e tempo, exigidos para cada situação específica.

9.4 Todavia, em virtude das orientações contidas nos Acórdãos 2.977/2012-TCU-Plenário, 2.695/2013-TCU-Plenário, 343/2014-TCU-Plenário, 4.205/2014-TCU-1ª Câmara, 757/2015-TCU-Plenário, 588/2016-TCU-Plenário, 2.901/2016-TCU-Plenário e 3.081/2016-TCU-Plenário, julga-se necessária a subdivisão do objeto por 3(três) itens distintos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não há contratações correlatas à demanda em tela.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A contratação em tela consta do Plano de Contratação Anual do Gabinete de Segurança Presidencial - GSI, estando prevista no Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) para o ano de 2024 (Documentos de Formalização de Demandas (DFD) nº 45/2024, 46/2024 e 47/2024).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A contratação dos serviços por meio de Sistema de Registro de Preços e o emprego de grades de proteção (gradil), barricadas e tapumes de fechamento durante eventos presidenciais resultam em metodologia adequada de contratação e um controle efetivo de áreas de segurança, reduzindo o emprego de pessoal e logística para cobrir toda a área delimitada, garantindo assim a eficácia das medidas adotadas, gerando com isso, economia de recursos públicos e maior eficiência das equipes de segurança.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Por se tratar de contratação habitual e prestação de serviços de locação de material, não são necessárias adoções de medidas extras para a contratação em tela.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 A contratação de grades de proteção (gradil), barricadas e tapumes de fechamento não gera impactos ambientais, já que sua utilização não gera resíduos ou degradação do meio ambiente.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. A contratação pretendida, via Sistema de Registro de Preços, é considerada viável, já que se demonstra como a melhor solução apresentada para atendimento das necessidades do Gabinete de Segurança Presidencial – GSI, estabelecidas no Decreto nº 11.331/2023, Anexo I, art. 1º, inciso IV, em especial quanto à segurança pessoa do Presidente e do Vice-Presidente da República e à segurança das instalações do complexo da Presidência da República.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALESSANDRO PAIVA DE PINHO

Autoridade competente

IGOR SOARES SALES

Agente de contratação

ALEX SOUZA DA COSTA

Agente de contratação

Anexo II - Anexos II a VI - TR n 21 2024.pdf

ANEXO II
MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

Contratada:		Ordem de Serviço Nº
Serviço nº..... / Processo nº.....		
Ata nº: / Nota de Empenho nº:		
Local de Execução do Serviço:		
Prazo de Execução: (contado a partir do recebimento da ordem de serviço)		
Descrição dos serviços a serem realizados:		
Volume de serviços solicitados e realizados, segundo as métricas definidas:		
Resultados ou produtos solicitados e realizados:		
Cronograma de Realização dos Serviços:		
Custos da prestação dos serviços		
Avaliação da qualidade dos serviços realizados e as justificativas do avaliador:		
Identificação dos responsáveis pela solicitação, pela avaliação da qualidade e pela ateste dos serviços realizados:		
Nome:		Telefone:
Autorização - Data:	Assinatura/carimbo:	E-mail:

Contratada – Acusar recebimento deste documento, assinando e enviando digitalizado para o e-mail , ou via Fax (61) 3411-..... .		
Nome:	Data:	Assinatura/carimbo Contratada

ANEXO III

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) Deixar de utilizar materiais exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

2. A Contratada deve assumir como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, e cumprir todas as obrigações que constarão no Termo de Referência, seus anexos e na proposta por ela apresentada.

3. A CONTRATANTE, no caso de cumprimento inadequado da obrigação, acionará o a CONTRATADA informando a classificação e tipo do incidente e a localização do mesmo. A partir da hora registrada da comunicação (e-mail ou telefone para central disponibilizada pela contratada), será iniciada a contagem do prazo máximo para solução da demanda.

4. A CONTRATADA poderá encaminhar ao Gestor do Contrato justificativa, por escrito, tecnicamente embasada, pelo eventual atraso na execução dos serviços, no prazo máximo de 1 (um) dia útil após início da execução do serviço.

5. Caso a justificativa de atraso apresentada pela CONTRATADA seja rejeitada, serão aplicados os Indicadores de Nível de Serviço previstos a seguir, baseadas em eventual não conformidade com relação a atrasos na solução de demandas:

INDICADOR I	
01 – Executar os serviços no prazo previsto	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o cumprimento do prazo de instalação das grades de proteção/barricadas/tapumes, conforme descrito no Termo de Referência.
Meta a cumprir	Executar os serviços no prazo previsto, estipulado no Projeto Básico.

Instrumento de medição	Relatório do Gestor do Contrato.
Forma de acompanhamento	O representante da CONTRATANTE fará o acompanhamento da instalação das grades de proteção/barricadas/tapumes.
Periodicidade	A cada evento.
Mecanismo de Cálculo	Será confrontado o horário determinado para a finalização dos serviços de instalação das grades de proteção/barricadas/tapumes, em relação ao horário efetivamente cumprido.
Início da Vigência	A partir da emissão da Ordem de Serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	Horas de atraso na entrega ou correção dos serviços. Até – 1 – 100% do valor da Ordem de Serviço. Até 2 – 90% do valor da Ordem de Serviço.

INDICADOR II	
02 – Executar a instalação do quantitativo demandado de grades de proteção/barricadas/tapumes	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o cumprimento do quantitativo de grades de proteção/barricadas/tapumes, conforme descrito no Termo de Referência.
Meta a cumprir	Executar os serviços no prazo previsto, estipulado no Termo de Referência.
Instrumento de medição	Relatório do Gestor do Contrato.
Forma de acompanhamento	O representante da CONTRATANTE fará o acompanhamento da instalação das grades de proteção/barricadas/tapumes.
Periodicidade	A cada evento.

Mecanismo de Cálculo	Será confrontado o quantitativo determinado a ser de instalado, em relação ao quantitativo efetivamente instalado.
Início da Vigência	A partir da emissão da Ordem de Serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	Metros lineares instalados a menor. Até – 10 – 100% do valor da Ordem de Serviço. Até - 20 – 99% do valor da Ordem de Serviço. Até – 30 - 97% do valor da Ordem de Serviço. Até – 40 - 95% do valor da Ordem de Serviço.

6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) Não produziu os resultados acordados
- b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida; ou
- c) Deixou de utilizar os materiais exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

ANEXO IV

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DE DESPESA CONTRATUAL

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO - FISCAIS

Número do Contrato:		Contratada/razão social:	
CNPJ:			
Valor do Contrato			
Número do processo de gestão e fiscalização	<i>[Inserir com o recurso hyperlink do SUPER GOV]</i>		

Período de adimplemento ou mês da prestação liquidada:	
Nota fiscal/fatura nº (se houver):	

Ocorrências e providências:

[GESTOR DO CONTRATO]

1-Fatos positivos da execução
2-Fatos negativos da execução
3 – Abertura de processo de responsabilidade contratual do particular
4- Cálculo e aplicação de glosas
5 – Instrumento de Medição de Resultados
6 – Pesquisa com o público usuário
7 – Outras informações e análises
8 – TI – Prazo para o recebimento definitivo

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes serviços e/ou bens ocorrerá em até _____ dias, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do Contrato acima identificado.

Conclusão e recomendações:

ANEXO V

LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DE DESPESA CONTRATUAL

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO – ATESTO DO GESTOR

Número do Contrato:		Contratada/razão social:	
CNPJ:		Vigência:	
Valor do Contrato		Data de início da prestação:	
Número do processo de gestão e fiscalização	<i>[Inserir com o recurso hiperlink do SUPER GOV]</i>		

Período de adimplemento ou mês da prestação liquidada:	
Número Nota fiscal/fatura nº (se houver):	
Valor Nota fiscal/fatura nº (se houver):	

[OPÇÃO 1 – adimplemento total]

Declaro, com base nos relatórios dos fiscais do contrato ([SUPER GOV nºxxxx e xxxx](#)) [e/ou com fundamento em outro(s) documento(s)], que o serviço foi prestado em conformidade com as especificações do contrato, em razão do que realizo o atesto com o recebimento definitivo da prestação e o encaminhamento do processo para o pagamento da despesa, no montante de R\$ _____(por extenso).

[OPÇÃO 2 – Tecnologia da Informação - adimplemento total]

A área requisitante / comissão acusa o recebimento definitivo do(s) bem(ns) / do(s) serviço(s) prestado(s) pela contratada, o(s) qual(is) possui(em) especificações e qualidade compatíveis com os critérios de aceitação previamente definidos no processo de aquisição.

[OPÇÃO 3 – havendo prestação em quantidade/qualidade menor que a devida]

Declaro, com base nos relatórios dos fiscais do contrato (SUPER GOV nºxxxx e xxxx) [e/ou com fundamento em outro(s) documento(s)], que o serviço foi parcialmente prestado em conformidade com as especificações do contrato, em razão do que realizo o atesto parcial com recebimento definitivo apenas da parcela adimplida, fato que recomenda o encaminhamento do processo para o pagamento da despesa apenas na proporção indicada no montante de R\$ _____(por extenso).

[OPÇÃO 4 – havendo redimensionamento de valores a serem pagos]

Declaro, com base nos relatórios dos fiscais do contrato (SUPER GOV nºxxxx e xxxx) [e/ou com fundamento em outro(s) documento(s)], que o serviço foi prestado com relativa conformidade com as especificações do contrato, todavia com incidência de redimensionamento de valor na aplicação do Instrumento de Medição de Resultados-IMR, em razão do que realizo o atesto com recebimento definitivo da parcela adimplida, fato que recomenda o encaminhamento do processo para o pagamento da despesa apenas na proporção indicada no montante de R\$ _____(por extenso).

[OPÇÃO 5 – inadimplimento total]

Declaro, com base nos relatórios dos fiscais do contrato (SUPER GOV nºxxxx e xxxx) [e/ou com fundamento em outro(s) documento(s)], que o serviço não foi prestado conforme as especificações do contrato, em razão do que não se poderá realizar o pagamento solicitado pela contratada.

Nota(s) Fiscal(is):

Nº	Data de Emissão	Valor	Multa	Glosa e redução	Crédito	Liquidação

ANEXO VI

MODELO DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS
(Proposta Comercial)

PREGÃO SRP Nº /2024
PROCESSO Nº 00185.001282/2024-17

Pregão SRP nº /2024 - GSI
Data de abertura:/...../2024.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
1	LOCAÇÃO DE GRADES DE SEGURANÇA (GRADIL). Estrutura em aço galvanizado, medindo entre 2,00m e 2,50m de comprimento e entre 1,00m e 1,20m de altura, formada por quadro metálico soldado em metalon 40mm x 20mm ou cano de no mínimo 1.1/4 pol de diâmetro, e tubos industriais de no mínimo 5/8 pol, com espaçamento de 10cm a 15cm entre tubos, pé de fixação fabricado em tubo industrial, com altura de 20cm, em formato de meia-lua ou “y” invertido, com possibilidade de ser fixado ao chão por meio de pino metálico. A estrutura, depois de montada e fixada, deve ter altura mínima de 1,20m. O peso de cada grade deve ser de, no mínimo 10 Kg e no máximo 12 Kg. Todas as medidas e pesos poderão ter pequenas variações, para mais ou para menos, nunca ultrapassando 10% dos valores citados. Todos as grades deverão estar galvanizadas a fogo para melhor durabilidade, qualidade e apresentação do produto. A locação inclui o transporte, instalação e remoção do gradil.	UN	20.000		
2	LOCAÇÃO DE BARRICADA DE CONTENÇÃO DE PÚBLICO. Barricada de contenção e proteção de público, do tipo alto sustentável, padrão europeu, com piso medindo 1,00m x 1,00m, fixadas uma as outras por pinos metálicos de aço contrapinnados e parafusos, com mão de força, degraus para segurança. A locação inclui o transporte, instalação e remoção das barricadas.	Metro linear	100		
3	LOCAÇÃO DE TAPUME METÁLICO PARA FECHAMENTO DE ÁREAS DE SEGURANÇA. Estrutura de fechamento, tipo tapume em chapa de aço galvanizada, modular, medindo 2,20m x 2,30m, apoiado por travas de segurança. A locação	Metro linear	1.000		

	inclui o transporte, instalação e remoção dos tapumes.				
TOTAL					

1. Observações:

- a) prazo de validade de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;
- b) prazo de entrega de até ____ (____) dias a contar do recebimento da Solicitação de Fornecimento;

2. Declarações:

- a) declaração expressa de estarem incluídos nos preços cotados todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste Pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.
- b) Declaro de que tenho pleno conhecimento das condições da licitação, bem como das normas e legislação que tratam do assunto.

3. Dados da empresa:

EMPRESA/RAZÃO SOCIAL:

ENDEREÇO:

CEP:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

TELEFONE:

FAX:

BANCO:

AGÊNCIA: CONTA-CORRENTE:

E-MAIL:

_____, ____ de _____ de 2024.

(Nome completo do declarante)

(Nº da CI do declarante)

(Assinatura do declarante)